

EDITAL Nº 001/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 001/2019
CONVITE Nº: 001/2019

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR/MG**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.478.902/0001-38, com sede nesta cidade de Morro do Pilar/MG, na Rua Capitão Georgino Ferreira, nº 229, Bairro Nossa Senhora de Lourdes Município de Morro do Pilar/MG/MG, CEP 35.875-000, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar licitação na Modalidade Convite - Tipo Menor Preço, para contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços mensal de Contabilidade Pública para a Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 demais normas complementares e disposições deste instrumento e dos seus anexos.

ENTREGA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO/ PROPOSTA

Os envelopes exigidos nesta licitação deverão ser entregues até as 11:30 (onze horas e Trinta minutos) do dia 15/02/2019, na Rua Capitão Georgino Ferreira, 229, bairro Nossa Senhora de Lourdes Município de Morro do Pilar/MG/MG, no Setor de Protocolo, no edifício-sede da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG/MG.

Observações:

Este prazo é preclusivo do direito de participação. Não serão aceitos os envelopes protocolados após o horário fixado para este fim.

Não será aceito o encaminhamento de documentação e/ou proposta de preços via fax ou similar.

A licitante poderá adquirir o exemplar do presente Edital junto à Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG situada na Rua Capitão Georgino Ferreira, 229, bairro Nossa Senhora de Lourdes, no setor de licitação de 08:00 horas até as 16:00 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO/ PROPOSTA

Os envelopes “Habilitação” serão abertos no dia 15/02/2019, às 13:30 (Treze horas e trinta minutos) na sala de reuniões do prédio da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, situada na Rua Capitão Georgino Ferreira, 229, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Morro do Pilar/MG.

Os envelopes contendo a “**PROPOSTA DE PREÇO**” serão abertos em data e horário designada pela Comissão Permanente de Licitação.

1 – DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem como objeto para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços mensal serviços de contabilidade pública para a Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, conforme descrição contida no **ANEXO I**.

1.2 – O valor global estimado do serviço será de R\$ 3.766,66 (três mil setecentos sessenta seis reais e sessenta e seis centavos).

02 – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

2.1 – Até 05 (cinco) dias úteis, antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, qualquer cidadão poderá impugnar o ato convocatório deste Convite, devendo protocolizar o pedido no setor de protocolo, situado no prédio sede da Câmara Municipal - cabendo a Comissão Permanente de Licitação decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93.

2.1.1 – Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

2.1.2 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.1.3 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

03 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – O direito de participar desta licitação é assegurado aos convidados interessados e aos demais cadastrados ou não na correspondente especialidade, que manifestarem seu interesse por escrito, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, e que protocolarem seus envelopes distintos e lacrados até as 11:30 (onze horas e trinta minutos) do dia 15/02/2019, sendo:

ENVELOPE Nº 1 – “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”

ENVELOPE Nº 2 – “PROPOSTA”

3.2 – A participação neste convite é preferencial às microempresas ou empresas de pequeno porte interessadas, assim enquadradas em conformidade com Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e demais alterações, e que estiverem cadastradas junto à Câmara Municipal, e que atenderem a todas as exigências deste edital e seus anexos.

3.2.1 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14, desde que comprovem sua condição através de:

a) Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou
b) Declaração para atendimento à condição de MPE’S, conforme Anexo VII.

3.3 – A participação nesta licitação é vedada a servidores e empresas em cujo quadro de dirigentes, gerentes, sócios ou responsáveis técnicos figure servidor, a qualquer título, da Administração Municipal de Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, direta ou indireta.

3.4 – Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição.

04 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 – A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Presidente CPL por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

4.1.1 – Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.1.2 – Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I – Documento oficial de identidade;

II – Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura (**ANEXO II**).

4.1.3 – Em se tratando de Microempresa –ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial, ou, caso a empresa apresente em sua denominação ou firma abreviações, “ME” ou “EPP”, nos termos do Art. 72 da Lei Complementar 123/06, poderá apresentar apenas declaração de enquadramento conforme Anexo VII, e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

4.1.4 – Em se tratando de MEI – Micro Empreendedor Individual, a comprovação desta condição será efetuada mediante certificado da condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.

5 – DA HABILITAÇÃO

5.1 – A documentação necessária à “**Habilitação**” dos interessados nesta licitação e a “Proposta de Preço”, serão entregues em envelopes individuais, opacos, devidamente fechados e rubricados no fecho, contendo este, na sua parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

A/CCOMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR/MG
PAL: 001/2019 CONVITE Nº 001/2019.
RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE
DATA: 15/02/2019 – ÀS 11:30 HS.

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR/MG
PAL: 001/2019 CONVITE Nº 001/2019.
RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE
DATA: 15/02/2019 – ÀS 11:30 HS.

5.1.1 – Os interessados devem entregar o **ENVELOPE Nº 1** contendo os seguintes documentos, que poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia previamente autenticada em cartório de notas ou pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, os quais devem estar dentro dos seus prazos de validade:

5.1.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.1.2.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.1.2.2 – Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor acompanhado da última alteração, se houver, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores, devendo o objeto social ser compatível com o objeto da licitação;

5.1.2.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.1.2.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.3.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, inclusive para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

5.1.3.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.1.3.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

5.1.3.4 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

5.1.3.5 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

5.1.3.6 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade Fiscal emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF;

5.1.3.7 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.1.4 – Qualificação Técnica:

5.1.4.1 - Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de que a empresa executou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.

5.1.5 – Qualificação Econômico-Financeira:

5.1.5.1 – Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.¹

5.1.6 – Declarações:

5.1.6.1 – Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO III, parte integrante deste Edital.

¹NOTA EXPLICATIVA: Serão consideradas válidas as certidões emitidas diretamente no site dos Tribunais de Justiça, após verificadas a autenticidade das informações

5.1.6.2 – Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de contratar com a Administração Pública na forma do § 2º, do art. 32 da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98, conforme modelo constante do ANEXO IV, parte integrante deste Edital.

5.2 – Orientações Gerais - Documentos:

5.2.1 – Os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz ou filial, ou seja, com o mesmo CNPJ e mesmo endereço, salvo aqueles que comprovadamente só possam ser expedidos para a matriz.

5.2.2 – Quando a licitante for filial, deverá apresentar, além do Contrato Social registrado no Estado em que estiver estabelecida, a competente averbação na Junta Comercial relativa à sede da licitante, nos termos do art. 1053 c/c parágrafo único do art. 1000 da Lei nº 10.460/02 (Código Civil).

5.2.3 – Os documentos apresentados deverão atender à formalidade prevista no artigo 32 da Lei nº 8.666/93, desautorizada a Comissão autenticar qualquer documento das licitantes no ato de abertura da licitação.

5.2.4 – Os documentos que não tiverem data de validade serão considerados válidos se emitidos nos 60 (sessenta) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, **COM EXCEÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:** CNPJ, prova de inscrição no cadastro dos contribuintes municipal e/ou estadual, quando for o caso, os itens **5.1.4.2**, **5.1.4.3**, e os comprobatórios da habilitação jurídica.

5.2.5 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Parágrafo 1º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme inciso I do artigo 43 da Lei Complementar 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Parágrafo 2º. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo 1º, implicará decadência do direito à contratação, sem

prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração avocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.3 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em cópias, previamente autenticadas em cartório ou por servidor público componente da Comissão Permanente de Licitação. Caso a licitante opte pela conferência por servidor da Câmara Municipal, deverá apresentar os originais e cópias à Comissão Permanente de Licitação até às 11:00 (onze horas), do dia 15/02/2019 para que esta os confira e autentique.

5.3.1 – OBSERVAÇÕES:

5.3.2 – Não serão aceitos, de forma alguma, documentos copiados ou transferidos por fax.

5.3.3 – Os documentos exigidos neste Edital deverão também estar em validade na data da sua contratação (emissão da nota de empenho), obrigando-se o adjudicatário a reapresentá-los, caso suas validades tenham se esgotado no período compreendido entre a data de abertura da licitação e a do empenhamento.

5.3.4 – Às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte serão aplicadas as disposições da Lei Complementar nº 123/06, conforme item 19 deste edital.

06 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – O **ENVELOPE nº 2** deverá ser apresentado em observância às seguintes exigências:

6.1.1 – Proposta de Preço, redigida em português, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita nem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo ser datilografada ou impressa por meio eletrônico, em uma via, devidamente assinada pelo representante legal, constando seu nome completo, de forma legível, sendo todas as páginas rubricadas e numeradas sequencialmente, com os seguintes requisitos mínimos e conforme modelo constante do Anexo V que integra este Edital:

6.1.2 – Modalidade e número da licitação, telefone, fax, bem como razão social da licitante, endereço atual, n.º do CNPJ, inscrição municipal;

6.1.3 – Proposta de Preço, com todas as especificações detalhadas do objeto licitado, constantes do **ANEXO I**, sendo discriminado o valor unitário e global, em real;

6.1.4 – Nos preços unitários e globais, deverão já estar incluídas todas as despesas com transporte do profissional necessário à prestação de serviços a Câmara Municipal bem como: fretes, taxas, seguros, descontos, mão-de-obra, impostos, obrigações sociais/previdenciárias e tudo o que for necessário ao cumprimento do objeto deste Convite.

6.1.5 – A validade da proposta, não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data fixada no preâmbulo deste edital, para abertura do envelope de “*Habilitação*” e deverá constar da “Proposta de Preços”, bem como as condições de pagamento.

07 – DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – No dia, hora e local designados no preâmbulo deste edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura do ENVELOPE n.º 1, que deverá estar devidamente fechado e indevassável.

7.2 – Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste instrumento convocatório.

7.3 – Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo os documentos de habilitação, podendo a Comissão Permanente de Licitação suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, caso entenda necessário, marcando nova data e horário em que voltará a reunir-se.

7.4 – Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os documentos e os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados, serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes, ficando em poder da Comissão até que seja julgada a habilitação.

7.5 – A Comissão manterá em seu poder, devidamente fechados e rubricados, os envelopes das propostas de preço dos licitantes inabilitados, ou apenas os envelopes da Proposta de Preço dos licitantes desclassificados. Após o término do período recursal ou após a desistência em interpor recurso, expressa em ata assinada pelos licitantes, as mesmas serão devolvidas aos inabilitados, mediante recibo. Caso não sejam retirados no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado administrativo, os envelopes serão inutilizados.

7.6 – A Comissão Permanente de Licitação, na hipótese de ocorrer à inabilitação de todos os licitantes, poderá fixar o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação, em consonância com o artigo 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

7.7 – Em não havendo licitante inabilitado ou desclassificado ou ainda havendo expressa manifestação de vontade quanto à não-interposição de recurso por parte destes, proceder-se-á à imediata abertura dos envelopes contendo as propostas de preços dos licitantes habilitados, que serão rubricadas pelos membros da Comissão e representantes presentes.

7.8 – Das reuniões para abertura dos “*Documentos Para Habilitação*” e “*Proposta de Preços*” serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todos os licitantes, as impugnações feitas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, reservando-se, porém, a Comissão Permanente de Licitação, o direito de levá-las ou não em consideração, devendo as atas serem assinadas pelos membros da Comissão e por todos os licitantes presentes.

7.9 – Só será considerada habilitada para a segunda fase da licitação a empresa especializada na prestação de serviços em Contabilidade Pública, Orçamentária e Financeira que comprovar que os responsáveis técnicos indicados são detentores da carteira do Conselho Regional de Contabilidade - CRC e que apresentar os demais documentos exigidos no item 4 deste edital, dentro do prazo de validade.

08 – DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Será considerado vencedor o licitante que apresentar a Proposta mais vantajosa, utilizando como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme estabelecido no **ANEXO I** deste Edital.

8.2 - As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste instrumento convocatório serão desclassificadas, bem como aquelas que tenham cotado preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, referente ao objeto licitado, a classificação dar-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público para o qual todos os licitantes serão convocados (Lei n.º 8.666/93, e alterações, art. 45, § 2.º, segunda parte).

8.3 - Se todos os licitantes forem inabilitados ou se todas as propostas forem desclassificadas, poderá ser fixado, aos licitantes, o prazo de 3

(três) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste item.

8.4 – Será desclassificada a proposta do licitante que:

8.4.1 – Não atender às exigências deste Edital e/ou entregar as propostas após o prazo fixado pelo Edital.

8.4.2 – Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

8.4.3 – Apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital.

8.5 – A Comissão Permanente de Licitação no julgamento das propostas de preços poderá determinar que sejam promovidas retificações decorrentes de erros em operações aritméticas, tais como:

8.5.1 – Discrepância entre valores grifados em algarismo ou por extenso: prevalecerá o valor por extenso.

8.5.2 – Erro de multiplicação do valor unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o valor total.

8.5.3 – Erro de adição será retificado conservando-se as parcelas e corrigindo-se a soma;

8.5.4 – Erro de transcrição será corrigido, mantendo-se sempre o preço unitário e as quantidades previstas, alterando-se o valor final.

8.5.5 – Erro no preço total será corrigido de acordo com o disposto nas letras acima.

8.6 – Não serão levados em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste Convite, nem indicações de desconto, acréscimos, impostos, taxas e percentuais computados nos preços apresentados.

8.7- A Comissão Permanente de Licitação verificará se as Propostas estão completas, se algum erro de cálculo foi cometido, se os documentos foram devidamente assinados e se as Propostas estão em ordem, de um modo geral.

8.8 – Proposta considerada como não atendendo essencialmente aos requisitos será desclassificada pela Comissão Permanente de Licitação, não

podendo sua falha ser sanada posteriormente pelo Proponente, no sentido de torná-la adequada.

8.9 – A Comissão Permanente de Licitação fará a avaliação e comparação das Propostas que atenderam essencialmente aos requisitos exigidos.

8.10 – Será lavrada ata circunstanciada por ocasião da abertura dos envelopes contendo Habilitação e Proposta, a qual será assinada pela Comissão e pelos licitantes presentes ou representantes por eles indicados.

8.11 – Se, após a revisão detalhada da Proposta que ofertou o menor preço, esta for considerada como atendendo a todos os requisitos previstos na Licitação, será a mesma considerada vencedora. Caso contrário, uma avaliação da seguinte Proposta de Preço será realizada. Esse processo deverá ser repetido tanto quanto necessário, até que se chegue a uma Proposta vencedora.

8.12 – Será feito o ordenamento das demais propostas habilitadas e classificada de acordo com o critério **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.13 – Todos os documentos e envelopes serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

8.14 – É facultada à Comissão, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

8.15 – É facultado, ainda, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, para efeito de avaliação e julgamento da habilitação ou proposta de preço, valer-se de assessoramento técnico.

09 – DA DELIBERAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

09.01 – Concluídos os trabalhos, a autoridade competente promoverá a expedição e a publicação do Ato Homologatório, bem como da Adjudicação.

10 – DOS RECURSOS

10.1 – Poderão ser interpostos recursos, em conformidade com o que estabelece o artigo 109, § 6º, da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 – Publicado e encaminhado aos licitantes o julgamento da documentação ou propostas, a revogação ou anulação desta licitação, caberá **RECURSO ADMINISTRATIVO**, no prazo de 2 (dois) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

10.2 – O recurso será dirigido à Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 2 (dois) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, remetê-lo à autoridade competente, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

10.3 – Os recursos E as impugnações interpostos deverão ser observar os seguintes requisitos:

10.3.1 – Serem datilografados e devidamente fundamentados.

10.3.2 – Serem dirigidos a Comissão Permanente de Licitação.

10.3.3 – Serem assinados pelo representante legal da recorrente ou por Procurador devidamente habilitado.

10.3.4 – Serem protocolados na Câmara Municipal ou encaminhados pelo Correios, desde que os originais sejam apresentados à Administração até no máximo 2 (dois) dias úteis.

10.4 - Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

10.5 - O recurso e a impugnação interposto fora do prazo não será conhecido.

11 – DO CONTRATO

11.1 – O licitante vencedor será convocado e terá o prazo de 3 (três) dias úteis para assinar o contrato, contados do recebimento da convocação, conforme minuta constante do **ANEXO VI**, que integra este edital.

11.2 – O Contrato, que obedecerá ao disposto neste Edital e as condições do Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser assinado pela adjudicatária no prazo de 03 (três) dias úteis após a data da convocação.

11.3 – É facultado à Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, pela ordem de classificação.

11.4 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, fica o licitante liberado dos compromissos assumidos.

11.5 – A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, pelos motivos constantes no artigo 78, incisos I a XVII, e parágrafo único da Lei Federal nº. 8.666/93.

12 – DO PRAZO

12.1 – O prazo para início da prestação de serviços será imediatamente à assinatura do contrato.

12.2 – O contrato terá vigência até 31/12/2019, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado de conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, via termo aditivo.

13 – DO PAGAMENTO

13.1 – A Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG pagará pela prestação de serviços, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao mês da prestação de serviços desde que os serviços tenham sido efetivamente prestados.

13.2 – A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a débitos previdenciários ou Certidão Positiva com efeitos Negativa de Débitos Previdenciários e CRF do FGTS, atualizados, caso contrário ocorrerá à paralisação do pagamento, sobre o qual não incidirão juros de mora ou correção monetária.

13.3 – Se os documentos mencionados no item 4 estiverem com validade vencida até a data do pagamento, a **CONTRATADA** deverá providenciar e apresentar nova documentação, sem a qual o referido pagamento ficará retido.

14 – DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

14.1 – Se houver prorrogação do contrato, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente e de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, ou outro índice que venha a substituí-lo.

14.2 – Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes de comum acordo, com base no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei de Licitação, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o prestador de serviço contratado em hipótese alguma poderá paralisar a execução dos serviços.

15 – DA RESPONSABILIDADE:

15.01 – Serão de responsabilidade da **CONTRATADA**:

- a)** Prestar serviços referentes à Contabilidade Pública Geral, bem como Responsabilidade Técnica e pelo envio de dados ao SICOM dentro dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- b)** O controle, o Registro e a contabilização da execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial;
- c)** O controle e registro das receitas e despesas para fins de verificação do cumprimento dos limites constitucionais e infra-constitucionais;
- d)** A elaboração de relatórios e demais registros contábeis para cumprimento das obrigações da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, junto ao TCEMG e demais órgãos de controle externo tais como: SICONF, DCTF e outros;
- e)** A conferência da organização e arquivamento de comprovantes das receitas, despesas e relatórios financeiros.
- f)** Emitir e elaborar pareceres sobre questões relacionadas à área contábil, inclusive Projetos de Leis;
- g)** Atender a todas as requisições da Secretaria a Câmara Municipal;
- h)** Acatar todas as orientações advindas da fiscalização da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG com relação aos serviços;
- i)** Cumprir e fazer cumprir as especificações gerais deste instrumento;

j) Deverá tomar os cuidados necessários à perfeita execução do contrato;

k) Observar toda a Legislação e as normas técnicas pertinentes e vigentes e;

l) Prestar os serviços na área contábil até o dia 31/12/2019, na sede da **CONTRATANTE**.

15.2 – Serão de responsabilidade da CONTRATANTE:

a) Fornecer a legislação vigente pertinente e outras informações complementares necessárias à execução do serviço;

b) Disponibilizar cópia de toda a documentação necessária à elaboração dos serviços;

c) Materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;

d) Fornecer o espaço físico para a execução dos serviços;

e) Caso seja necessário, disponibilizar servidores para prestar informações;

f) Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos, contra a apresentação de Nota Fiscal.

16 – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 – A fiscalização dos serviços será da **CONTRATANTE**, ou de quem esta determinar.

16.2 – A existência da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.

17 – DA RESCISÃO

17.01 – O Contrato ficará, de pleno direito, rescindido, em caso de inexecução, total ou parcial (arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93), ficando a Administração com o direito de retomar os serviços e aplicar multas na **CONTRATADA**, além de exigir, se for o caso, indenização.

17.02 – Os casos de rescisão administrativa são os previstos na Lei Federal nº 8.666/93 (arts. 77 e 78), aplicando-se as penalidades contratuais previstas e as penalidades da mencionada legislação (art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93).

17.03 – A rescisão da prestação de serviços terá lugar de pleno direito, independente de interposição judicial ou extrajudicial, quando a adjudicatária:

a) recusar-se a prestar os serviços estabelecidos no objeto desta Licitação;

b) Falir ou dissolver-se.

17.03.01 – A **CONTRATADA** suspender a prestação de serviço, sem prévia ordem judicial ou sem recorrer das decisões das autoridades competentes, ficando sujeita a multa, mais perdas e danos.

17.03.02 – Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia e expressa anuência da Câmara Municipal de Morro Do Pilar/MG.

17.03.03 – A **CONTRATADA** tornar-se inadimplente com relação a qualquer das condições do contrato.

17.04 – A **CONTRATANTE** poderá a qualquer tempo alterar ou rescindir o presente contrato no interesse do serviço e na conveniência da Administração Pública, não cabendo à **CONTRATADA** direito a qualquer indenização, salvo os pagamentos referentes aos serviços já prestados.

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.01 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e as constantes deste Edital, o que se aplica aos licitantes remanescentes, de que trata o item 17.4 deste Edital.

18.02 – O atraso injustificado na prestação de serviços descritos neste edital sujeitará a multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o trigésimo dia;

b) 10% (dez por cento), após ultrapassado o prazo da alínea anterior.

18.03 – As multas a que se refere esta Cláusula incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos

pela Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, ou, quando for o caso, serão cobradas judicialmente.

18.04 – A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-se às sanções enumeradas no art. 87 da Lei nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, no prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias.

18.05 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, pela Câmara, facultando a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo, conforme estabelecido no § 3º, art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.06 – Considera-se ocorrência passível de multa:

- a) atraso na prestação do serviço após o encaminhamento da ordem de serviço pela Contratante à Contratada;
- b) impedir a realização da fiscalização.

18.07 – Ocorrendo a inexecução de que trata o item 17.4, reserva-se ao Órgão contratante o direito de optar sucessivamente pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa pela ordem de classificação, comunicando, em seguida, à Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, para as providências cabíveis.

18.07.01 – A segunda adjudicatária, ocorrendo à hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

18.07.02 – A aplicação das penalidades previstas nessa cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG.

19 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.01 – Para fazer face às despesas, serão utilizadas as dotações orçamentárias do orçamento vigente da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG: [01.01.10.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.](#)

20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.01 – Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas em ofertas de outros licitantes.

20.02 – A Administração poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba à licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da Lei.

20.03 – A Administração deverá anular a presente licitação no todo ou em parte, sempre que ocorrer ilegalidade de ofício ou por provocação.

20.04 – A anulação do procedimento licitatório não gera direito de indenização, salvo nos casos legais.

20.05 – As reuniões de abertura dos envelopes serão sempre públicas.

20.06 – A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de realizar a análise das propostas reservadamente ou em público.

20.07 – Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas em ofertas de outros licitantes.

20.08 – É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela, após encerrada a reunião de abertura dos envelopes de “HABILITAÇÃO”.

20.08.01 – Havendo desistência por parte do licitante, após o encerramento da reunião de abertura, se sujeitará este às penalidades desta licitação.

20.08.02 – Na contagem dos prazos deste Edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando o expediente normal, no horário de 08:00 às 16:00 horas.

20.08.03 – É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital.

20.08.04 – Maiores esclarecimentos de quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto à Comissão Permanente de Licitação, no horário de 08:00 às 16:00 horas e pelo telefone (31) 3866-5491.

20.08.05 – Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis, e nos Princípios Gerais do Direito.

20.08.06 – O Foro da Comarca de Conceição do Mato Dentro será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiados que seja.

20.08.07 – A empresa licitante que tenha dúvida de caráter técnico ou legal na interpretação dos termos deste Edital poderá consultar a respeito à Comissão Permanente de Licitação, através de carta protocolada na secretaria da Câmara Municipal, até o dia 12/02/2019. A Comissão Permanente de Licitação responderá eventuais consultas, via e-mail, a todas as licitantes potenciais.

20.08.08 – De acordo Com a conveniência da Administração, devidamente justificada, quantidades poderão ser aumentadas ou reduzidas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

- CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL:

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR

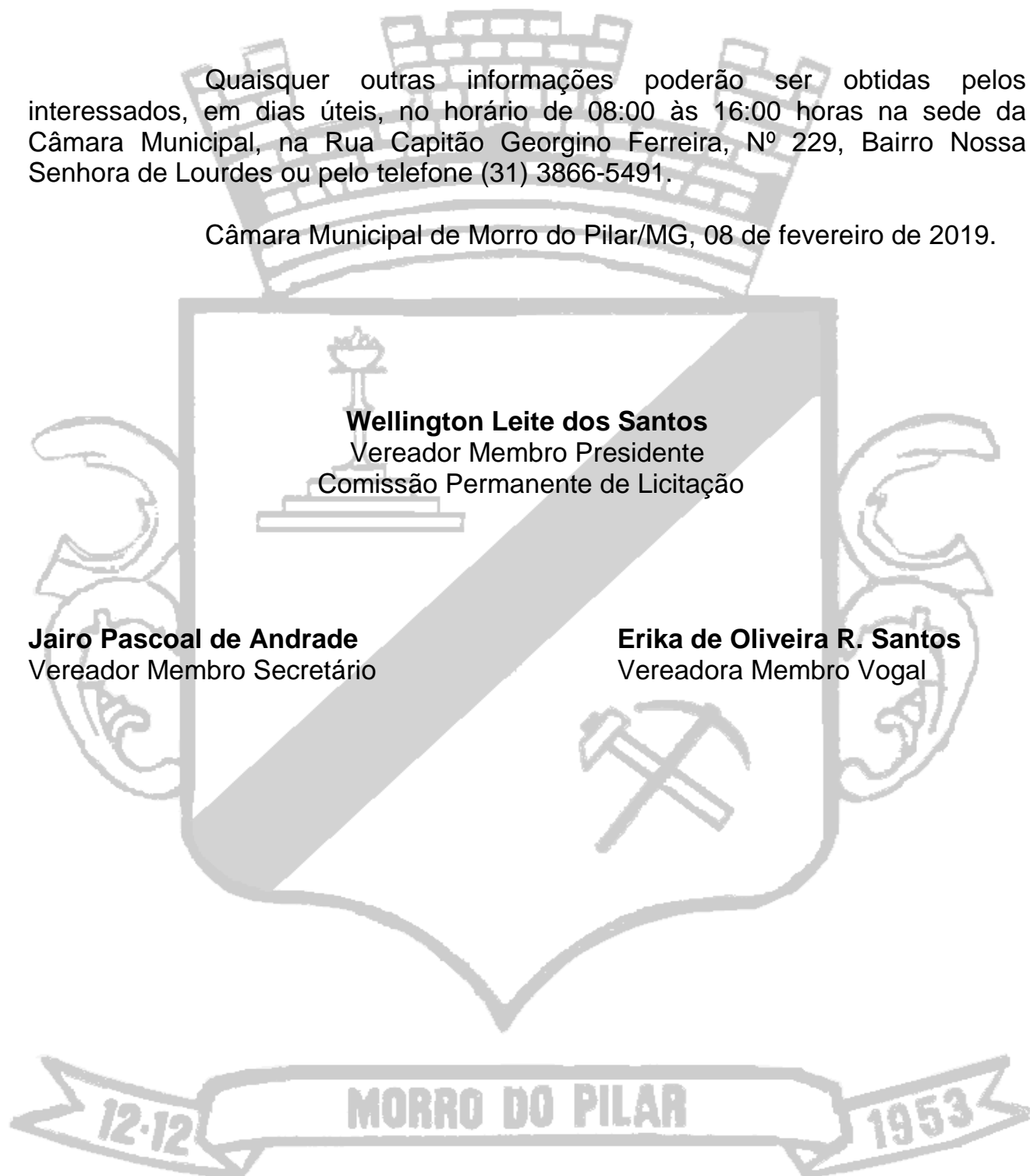
MINAS GERAIS

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO PRAZO DE RECURSO

Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de 08:00 às 16:00 horas na sede da Câmara Municipal, na Rua Capitão Georgino Ferreira, Nº 229, Bairro Nossa Senhora de Lourdes ou pelo telefone (31) 3866-5491.

Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, 08 de fevereiro de 2019.



ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços mensal serviços de contabilidade pública para a Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, em conformidade com as especificações abaixo:

01 - Serão de responsabilidade da CONTRATADA:

- a)** Prestar serviços referentes à Contabilidade Pública Geral, bem como Responsabilidade Técnica e pelo envio de dados ao SICOM dentro dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- b)** O controle, o Registro e a contabilização da execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial;
- c)** O controle e registro das receitas e despesas para fins de verificação do cumprimento dos limites constitucionais e infra-constitucionais;
- d)** A elaboração de relatórios e demais registros contábeis para cumprimento das obrigações da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, junto ao TCEMG e demais órgãos de controle externo tais como: SICONF, DCTF e outros;
- e)** A conferência da organização e arquivamento de comprovantes das receitas, despesas e relatórios financeiros.
- f)** Emitir e elaborar pareceres sobre questões relacionadas à área contábil, inclusive Projetos de Leis;
- g)** Atender a todas as requisições da Secretaria a Câmara Municipal;
- h)** Acatar todas as orientações advindas da fiscalização da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG com relação aos serviços;
- i)** Cumprir e fazer cumprir as especificações gerais deste instrumento;
- j)** Deverá tomar os cuidados necessários à perfeita execução do contrato;
- k)** Observar toda a Legislação e as normas técnicas pertinentes e vigentes e;
- l)** Prestar os serviços na área contábil até o dia 31/12/2019, na sede da

CONTRATANTE.

02 - Serão de responsabilidade da CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR

MINAS GERAIS

- a) Fornecer a legislação vigente pertinente e outras informações complementares necessárias à execução do serviço;
- b) Disponibilizar cópia de toda a documentação necessária à elaboração dos serviços;
- c) Materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;
- d) Fornecer o espaço físico para a execução dos serviços;
- e) Caso seja necessário, disponibilizar servidores para prestar informações;
- f) Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos, contra a apresentação de Nota Fiscal.

03 – Valor estimado da contratação:

- a) Conforme Cotação de preço realizado entre os dias (18/01/2019 e 06/02/2019) apresentamos o seguinte cálculo:

NOME DA EMPRESA	DATA DO ORÇAMENTO	VALOR MENSAL R\$
JRC Contabilidade & Assessoria.	21/01/2019	3.800,00
Paulinely Contabilidade e Consultoria Pública Ltda.	21/01/2019	3.600,00
Contabilidade Nadú – EIRELI – ME.	06/02/2019	3.900,00

- b) O valor da proposta deverá considerar o valor máximo da parcela de R\$ 3.766,67 (três mil setecentos sessenta seis reais e sessenta seis centavos).

Câmara Municipal de Morro do Pilar, 08 de fevereiro de 2019.

Wellington Leite dos Santos
Vereador Membro Presidente
Comissão Permanente de Licitação

Jairo Pascoal de Andrade
Vereador Membro Secretário

Erika de Oliveira R. Santos
Vereadora Membro Vogal

12-12

MORRO DO PILAR

1953

ANEXO II

(MODELO)

CARTA DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

À
Câmara Municipal de Morro Do Pilar/MG
Comissão Permanente de Licitação
REFERÊNCIA: Edital nº 001/2019 / Convite nº 001/2019.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços mensal serviços de contabilidade pública para a Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG.

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob o nº _____, a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, na modalidade supra referenciada, na qualidade de **Representante Legal**, outorgando-lhe, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

_____ (MG), _____ de _____ de 2019.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO III

(MODELO)

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

CONVITE N°: 001/2019

O(a) Sr. (a) _____, inscrita no CPF sob o nº _____, portador da Cédula de Identidade, RG. nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, em _____/____, DECLARA, para devidos fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

() Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de 2019.

(assinatura do representante legal da licitante)



ANEXO IV

(MODELO)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA
HABILITAÇÃO**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º
....., declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos
impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firma a presente.

_____, ____ de _____ de 2019.

.....
Assinatura do licitante



ANEXO V

(MODELO)

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR

MINAS GERAIS

PROPOSTA

À
Comissão Permanente de Licitação
Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG
Rua Capitão Georgino Ferreira, 229 – Bairro Nossa Senhora de Lourdes.
Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais, CEP - 35.875-000

LICITAÇÃO MODALIDADE: Convite Nº 001/ 2019
TIPO: Menor Preço Global

Para efeito de julgamento, proponho a execução do objeto ofertado pelo valor global de R\$ _____ (_____), conforme planilha abaixo:

Item	Especificações do Objeto	Qtde.	Unidade	Valor parcela (R\$)	Valor Global (R\$)
01	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços mensal serviços de contabilidade pública para a Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG.	11	Parcela		

Declara, sob as penas da lei, que esta proposta atende a todos os requisitos constantes no **Convite nº 001/ 2019** e ainda que:

- a) A presente proposta tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias;
- b) Estão inclusos no preço todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como fretes e seguros e;
- c) Concorda com todas as condições estipuladas no instrumento convocatório.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

Página 27 de 35

Rua Capitão Georgino Ferreira, nº 229 - Bairro Nossa Senhora de Lourdes.
Morro do Pilar - Minas Gerais - CEP 35.875-000
Telefax: 31 3866 5491 – e-mail adm@morrodopilar.cam.mg.gov.br

“Contrato Nº _____ / 2019 de Prestação de Serviços que entre si Celebram a Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG e Empresa _____”.

A Câmara Municipal inscrita no CNPJ nº 00.478.902/0001-38, com edifício-sede da Câmara Municipal localizado na Rua Capitão Georgino Ferreira, nº 229, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Município de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais, neste instrumento representado pela Vereadora Presidente da Câmara Municipal, Sra. Geraldina Aparecida Dias, Brasileira, Comerciante, Casada, inscrita no CPF nº 031.129.876-16 e RG MG-9.321.553 SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Capitão Georgino Ferreira, nº 379, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Município de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais, doravante denominada **CONTRATANTE**, e _____, inscrito no CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, em ____/____/____, neste instrumento representado por seu Diretor _____, _____, _____, portador do CPF _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, em ____/____/____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de prestação de serviços técnicos especializados, mediante as cláusulas e condições seguintes:

01 – DO OBJETO

01.01 – O presente contrato tem por objeto à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços mensal serviços de contabilidade pública para a Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, constante do **ANEXO I**, do Convite nº 001/2019 e da Proposta da Contratada.

02 – DO PRAZO

02.01 – O prazo para início da prestação de serviços será imediatamente à assinatura do contrato.

02.02 – O prazo de vigência do presente contrato será até 31/12/2019, iniciando a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de conformidade com o § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, via termo aditivo.

03 – DO VALOR

03.01 – A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, mediante apresentação de Nota Fiscal, a importância de R\$ _____ (_____ reais), que será pago em ____ (____) parcelas mensais de R\$ _____ (_____).

04 – DA FORMA DE PAGAMENTO

04.01 – A Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG pagará pela prestação de serviços, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviços desde que os serviços tenham sido efetivamente prestados.

04.02 – A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a débitos previdenciários ou Certidão Positiva com efeitos Negativa de Débitos Previdenciários e CRF do FGTS, atualizados, caso contrário ocorrerá à paralisação do pagamento, sobre o qual não incidirão juros de mora ou correção monetária.

04.03 – Se os documentos mencionados no item 4 do edital estiverem com validade vencida até a data do pagamento, a CONTRATADA deverá providenciar e apresentar nova documentação, sem a qual o referido pagamento ficará retido.

05 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

05.01 – Serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA**:

a) Prestar serviços referentes à Contabilidade Pública Geral, bem como Responsabilidade Técnica e pelo envio de dados ao SICOM dentro dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

b) O controle, o Registro e a contabilização da execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial;

c) O controle e registro das receitas e despesas para fins de verificação do cumprimento dos limites constitucionais e infra-constitucionais;

d) A elaboração de relatórios e demais registros contábeis para cumprimento das obrigações da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, junto ao TCEMG e demais órgãos de controle externo tais como: SICONF, DCTF e outros;

e) A conferência da organização e arquivamento de comprovantes das receitas, despesas e relatórios financeiros.

f) Emitir e elaborar pareceres sobre questões relacionadas à área contábil, inclusive Projetos de Leis;

g) Atender a todas as requisições da Secretaria a Câmara Municipal;

h) Acatar todas as orientações advindas da fiscalização da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG com relação aos serviços;

i) Cumprir e fazer cumprir as especificações gerais deste instrumento;

j) Deverá tomar os cuidados necessários à perfeita execução do contrato;
k) Observar toda a Legislação e as normas técnicas pertinentes e vigentes e;

l) Prestar os serviços na área contábil até o dia 31/12/2019, na sede da **CONTRATANTE**.

06 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

06.01 – Serão de responsabilidade da CONTRATANTE:

a) Fornecer a legislação vigente pertinente e outras informações complementares necessárias à execução do serviço;

b) Disponibilizar cópia de toda a documentação necessária à elaboração dos serviços;

c) Materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;

d) Fornecer o espaço físico para a execução dos serviços;

e) Caso seja necessário, disponibilizar servidores para prestar informações;

f) Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos, contra a apresentação de Nota Fiscal.

07 – DA FISCALIZAÇÃO

07.01 – A fiscalização dos serviços será da Contratante, ou de quem esta determinar.

07.022 – A existência da fiscalização não eximirá a Contratada de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.

08 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

08.01 – O presente contrato é decorrente do Convite nº 01/2019, em atendimento à Lei Federal nº 8.666/93.

09 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

09.01 – As despesas decorrentes deste Contrato correrão pela seguinte Dotação Orçamentária: **01.01.10.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.**

10 – DAS PENALIDADES

10.01 – A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da **CONTRATADA**, sujeitando-se às sanções enumeradas no art. 87 da Lei nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Morro Do Pilar/MG, no prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias.

10.01.01 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, pela Câmara, facultando a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo, conforme estabelecido no § 3º, art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.01.02 – O atraso injustificado na prestação de serviços descritos neste edital sujeitará a multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

- a) 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o trigésimo dia;
- b) 10% (dez por cento), após ultrapassado o prazo da alínea anterior.

10.01.03 – As multas a que se refere esta Cláusula incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, ou, quando for o caso, serão cobradas judicialmente.

10.01.04 – Considera-se ocorrência passível de multa:

- a) atraso na prestação do serviço após o encaminhamento da ordem de serviço pela Contratante à Contratada;
- b) impedir a realização da fiscalização.

10.01.05 – Ocorrendo a inexecução de que trata o item 10.01, reserva-se ao Órgão contratante o direito de optar sucessivamente pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa pela ordem de classificação, comunicando, em seguida, à Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG, para as providências cabíveis.

10.01.06 – A segunda adjudicatária, ocorrendo à hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

10.01.07 – A aplicação das penalidades previstas nessa cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Morro do Pilar/MG.

11 – DA RESCISÃO

11.01 – O Contrato ficará, de pleno direito, rescindido, em caso de inexecução, total ou parcial (arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93), ficando a Administração com o direito de retomar os serviços e aplicar multas na **CONTRATADA**, além de exigir, se for o caso, indenização.

11.02 – Os casos de rescisão administrativa são os previstos na Lei Federal nº 8.666/93 (arts. 77 e 78), aplicando-se as penalidades contratuais previstas e as penalidades da mencionada legislação (art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93).

11.03 – O presente contrato também será rescindido de pleno direito, independente de ação ou interpelação judicial, se:

- a) A **CONTRATADA** falir ou dissolver-se;
- b) A **CONTRATADA** transferir, no todo ou em parte, o contrato e os direitos dele decorrentes;
- c) A **CONTRATADA** recusar-se a prestar os serviços descritos no objeto deste contrato;
- d) A **CONTRATADA** suspender a prestação de serviço, sem prévia ordem judicial ou sem recorrer das decisões das autoridades competentes, ficando sujeita a multa, mais perdas e danos;
- e) A **CONTRATADA** tornar-se inadimplente com relação a qualquer das condições do contrato.

11.04 – A **CONTRATANTE** poderá a qualquer tempo alterar ou rescindir o presente contrato no interesse do serviço e na conveniência da Administração Pública, não cabendo à **CONTRATADA** direito a qualquer indenização, salvo os pagamentos referentes aos serviços já prestados.

12 – DOS ENCARGOS FISCAIS

12.01 – Todos e quaisquer ônus fiscais, oriundos de qualquer área de competência tributária, que incidam, ou venham a incidir sobre o presente contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

13 – DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

13.01 – Se houver prorrogação do contrato, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente e de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, ou outro índice que venha a substituí-lo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR

MINAS GERAIS

13.02 – Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes de comum acordo, com base no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei de Licitação, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o prestador de serviço contratado em hipótese alguma poderá paralisar a execução dos serviços.

14 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.01 – Aplica-se à execução deste contrato, e especialmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

15 – DO FORO

15.01 – O foro do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, é o da Comarca de Conceição do Mato Dentro.

15.02 – E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias do mesmo teor e para os mesmos efeitos legais, na presença de duas testemunhas.

Câmara Municipal de Morro do Pilar/ MG, ____ de _____ de 2019.

Geraldina Aparecida Dias
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

Empresa _____
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 - _____
NOME: _____
Nº do CPF: _____

2- _____
NOME: _____
Nº do CPF: _____



ANEXOVII

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA/ EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada à _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Convite nº 001/2019, **DECLARA** expressamente ser: () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte.

Com o objetivo de beneficiar-se do Regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e alteração posterior.

....., _____ de de

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____



(MODELO)

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO PRAZO DE RECURSO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada à _____, DECLARA que renuncia neste ato, dos prazos recursais tanto na fase de Habilitação quanto de julgamento das propostas no certame Edital de Carta Convite nº 001/2019 conforme dispõe a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, podendo a Comissão de Licitação prosseguir nos trabalhos licitatórios.

....., _____ de de

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____

Obs.: A presente declaração é de caráter facultativo, visando somente agilizar os trâmites licitatórios.

